

Declaração e propostas da Congregação da FFLCH

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, reunida no dia 13 de maio de 2026, considera que as reivindicações que deram origem à greve estudantil, principalmente aquelas referentes aos auxílios de permanência, são legítimas e precisam estar na agenda política e financeira da Universidade. Avalia que o impasse gerado a partir do encerramento das negociações por parte da reitoria resultou em um aprofundamento e extensão do conflito. Para favorecer uma saída democrática e o mais breve possível deste entrave, formula as seguintes propostas e encaminhamentos:

- Retomada imediata das negociações entre a reitoria e o movimento estudantil, com fixação de data próxima. Nessa negociação, as partes deveriam priorizar acordos sobre os auxílios de permanência, que, na palavra dos estudantes, aparecem como o principal impeditivo para que a greve seja encerrada. Esse encerramento não deveria impedir que as negociações sobre moradia, restaurantes e outros itens de pauta continuem a acontecer ao longo do semestre.
- Flexibilização do calendário, para que cada unidade possa decidir os modos de recomposição das atividades do semestre. A Faculdade rejeita, a respeito, pressões punitivistas que restrinjam sua autonomia.
- Esclarecimentos precisos sobre todos os passos institucionais, internos e externos à USP, que culminaram na desocupação violenta do prédio da reitoria pela Polícia Militar na madrugada do domingo 10/5. A subsequente tentativa, no dia 11/5, por parte da Polícia Militar, de ingressar em dependências da FSP depois da mobilização de estudantes, docentes e funcionários, oportunamente impedida pela direção da unidade, bem como as declarações do governador do Estado elogiando a ação policial de 10/5, configuram um cenário de crescente questionamento e desestabilização da autonomia universitária. Impõe-se, portanto, a necessidade uma manifestação nítida da Administração Central em defesa da autonomia.
- A Congregação manifesta repúdio à violência perpetrada no domingo contra as e os estudantes, respaldando as notas veiculadas pela direção e por departamentos e centros desta Faculdade, e verifica hoje que a brutalidade da intervenção policial trouxe como consequência vários feridos, incluindo uma aluna desta Faculdade que teve o braço quebrado por um cassetete. Ainda sobre a truculência policial, o colegiado solicita à reitoria que demande da Polícia Militar a entrega à Universidade dos pertences que ainda estão retidos na delegacia. É fundamental que a devolução posterior desses pertences aos seus proprietários seja realizada nos mesmos moldes acordados entre a PRIP e o DCE para os objetos que ficaram no prédio da Reitoria.

Por último, mas não menos importante, considerando que, nos momentos mais críticos deste processo, não foram ativadas as possibilidades institucionais de mediação de conflitos, a Congregação reivindica uma resolução negociada desta crise, sem criminalização nem punição administrativa ao movimento estudantil.

São Paulo, 13 de maio de 2026.